



1
2
3
4
5

1

2 Proc. nº 731AD/2014. Origem: Procuradoria Geral de Justiça. Assunto: Reajuste da
3 remuneração dos servidores. Decisão: Após as discussões acerca da proposta de reajuste
4 anual da remuneração dos servidores, foi aprovado, por unanimidade, a proposta nos
5 termos apresentado pela Administração Superior, com o aditivo de que seja feito estudo
6 para melhorar o vencimento do cargo de chefe de gabinete dos Procuradores de Justiça,
7 haja vista que há uma disparidade entre os salários. //

8 – A Procuradora de Justiça Themis Maria Pacheco de Carvalho questionou sobre o
9 requerimento aprovado, por unanimidade, na sessão extraordinária realizada no dia 09
10 de janeiro de 2014, acerca comparecimento do GAECO ao Colégio de Procuradores,
11 para que os Promotores de Justiça venham prestar informações acerca das atividades
12 desenvolvidas pelo mesmo junto a este Colegiado, no que a senhora Presidente
13 confirmou a participação do Gaeco para o dia 27 de fevereiro de corrente ano, dia da
14 próxima sessão ordinária do Colégio de Procuradores do Ministério Público. //

15 **5.1 – PROCESSOS PARA JULGAMENTO**

16 **5.1.1 – Processos com pedido de vista**

17 5.1.2.1 – Proc. nº 2536AD/2012. Origem: Promotorias de Justiça Especializada de São
18 Luís. Interessado: Washington Luiz Maciel Cantanhede e Márcio Thadeu Silva
19 Marques. Assunto: Pedido de providência. Relatora: Procuradora de Justiça Clodenilza
20 Ribeiro Ferreira. Pedido de inclusão em pauta da Procuradora de Justiça Rita de Cassia
21 Maia Baptista Moreira para apresentar voto vista. Decisão: Adiado o julgamento face a
22 ausência da Procuradora de Justiça relatora no momento em que fora anunciado o
23 processo. //

24 **5.1.2 – Processos para relatar**

25 5.1.2.1 – Proc. nº 451AD/2013. Origem: Procuradoria Geral de Justiça. Assunto:
26 Proposta de Criação do GAECO e alteração do Regimento Interno da Procuradoria
27 Geral de Justiça. Relatora: Procuradora de Justiça Regina Maria da Costa Leite.
28 Decisão: Adiado o julgamento face a ausência justificada da Procuradora de Justiça
29 relatora. //

30 5.1.2.2 – Proc. nº 6467AD/2013. Origem: 30ª Promotoria de Justiça Especializada de
31 São Luís. Interessado: Antonio Augusto Nepomuceno Lopes. Assunto: Pedido de
32 providência. Relator: Procurador de Justiça Paulo Roberto Saldanha Ribeiro. Decisão:

6
7



1
2
3
4
5

1 5.2.1 – Proc. nº 261AD/2014. Origem: 1ª Procuradoria de Justiça Criminal de São Luís.
2 Interessada: Selene Coelho de Lacerda. Assunto: Destituição de Comissão. Decisão:
3 Conhecido. //

4 5.2.2 – Proc. nº 432AD/2014. Origem: 3ª Procuradoria de Justiça Cível de São Luís.
5 Interessada: Themis Maria Pacheco de Carvalho. Assunto: Declínio de indicação para
6 compor Comissão. Decisão: Conhecido. //

7 5.2.3 – Proc. nº 376AD/2014. Origem: Associação do Ministério Público do Estado do
8 Maranhão. Interessado: José Augusto Cutrim Gomes. Assunto: Convocação para
9 reunião extraordinária. Decisão: Conhecido. //

10 5.2.4 – Proc. nº 453AD/2014. Origem: Escola Superior do Ministério Público.
11 Interessado: Themis Maria Pacheco de Carvalho. Assunto: Relatório de atividades 2013.
12 Decisão: Conhecido. //

13 3.5 – Proc. nº 319AD/2014. Origem: 14ª Promotoria de Justiça Criminal de São Luís.
14 Interessado: Ana Luíza Almeida Ferro. Assunto: cópia de Relatório de atividades.
15 Decisão: Conhecido. //

16 **5.3 – PROCESSOS PARA DISTRIBUIR**

17 5.3.1 – Proc. nº 10564AD/2013. Origem: 8ª Promotoria de Justiça Cível da Comarca de
18 São Luís. Interessada: Nacor Paulo Pereira dos Santos. Assunto: Projeto de criação de
19 Colegiado de Compartilhamento de Experiências. Decisão: Distribuído, por sorteio,
20 para a Procuradora de Justiça Rita de Cassia Maia Baptista Moreira relatar. //

21 5.3.2 – Proc. nº 11561AD/2013. Origem: 26ª Promotoria de Justiça Especializada de
22 São Luís. Interessado: José Osmar Alves. Assunto: Norma regulamentadora
23 (Provimento nº 1/2013). Distribuído, por sorteio, para o Procurador de Justiça Eduardo
24 Daniel Pereira Filho relatar. //

25 4.3 – Proc. nº 10944AD/2014. Origem: 1ª Promotoria de Justiça Cível de Timon.
26 Interessado: Sérgio Ricardo Souza Martins. Assunto: Pedido de providências. Decisão:
27 Distribuído, por sorteio, para a Procuradora de Justiça Clodenilza Ribeiro Ferreira
28 relatar. //

29 4.4 – Proc. nº 6812AD/2013. Origem: Promotoria de Justiça Especializada de São Luís.
30 Interessada: Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf. Assunto: Minuta de Ato Regulamentar.
31 Decisão: Distribuído, por sorteio, para a Procuradora de Justiça Maria de Fátima
32 Rodrigue Travassos Cordeiro relatar. //

6
7

4
SM



1
2
3
4
5

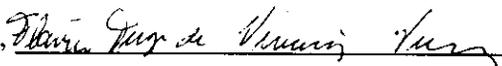
1 4.5 – Proc. nº 799AD/2014. Origem: Associação do Ministério Público do Estado do
2 Maranhão. Interessado: José Augusto Cutrim Gomes. Assunto: Pedido de providências
3 (Regulamentação de Direito de Assento e Voz). Decisão: Distribuído, por sorteio, para a
4 Procuradora de Justiça Iracy Martins Figueiredo Aguiar relatar. //

5 **6 – ASSUNTOS GERAIS**

6 - A senhora Presidente colocou em discussão e votação se o Promotor de Justiça José
7 Augusto Cutrim Gomes, Presidente da AMPEM, pudesse fazer o uso da palavra, o que
8 foi autorizado, por unanimidade, dos presentes, tendo se retirado da sessão os
9 Procuradores de Justiça José Henrique Marques Moreira e Maria de Fátima Rodrigues
10 Travassos Cordeiro. //

11 - O Presidente da AMPEM iniciou a sua fala dizendo que não há nenhum levante entre
12 Promotores e Procuradores de Justiça, que quando convocada a reunião do dia 09 de
13 janeiro, alguns associados pediram que fosse feita uma reunião e enviada algumas
14 sugestões ao Colegiado a título de sugestão, enfatizou que em outros momentos já fez
15 uso da palavra, o que pediu foi apenas para sentar, tendo em vista que difícil falar quase
16 de quatro, o que foi pedido foi para sentar, o que está sendo pedido é que seja
17 regulamentado o direito de fala do Presidente da AMPEM, para que não fique a mercê
18 do Procurador-Geral de Justiça, e que não lembra de ter destrutado nenhum dos
19 Procuradores de Justiça no Colegiado, e que a convocação extraordinária foi para que
20 alguns colegas pudessem fazer o uso da palavra, que é o caso dos Promotores de Justiça
21 da Execução Penal e outros que estavam presentes. E que o pagamento da PAI foi
22 formulado o pedido pela Dra. Doracy quando presidente da AMPEM, isto é, há mais de
23 quatro anos, e que só foi dado continuidade quando assumiu a direção da AMPEM.
24 Assim, agradeço a oportunidade para poder fazer o uso da palavra e que tenho respeito
25 ao Colegiado, sem paixões de forma racional e responsável. //

26 – O Procurador de Justiça Eduardo Jorge Hiluy Nicolau pediu informações acerca da
27 base legal do ato publicado no sítio do Ministério Público, acerca do ponto facultativo
28 para servidores no dia do aniversário, tendo em vista que não viu nenhuma justificativa
29 e porque os Procuradores de Justiça ficaram de fora, já que não está previsto no Estatuto
30 do Servidor Público Civil do Estado do Maranhão. //

31 Nada mais havendo a relatar, Eu, **Flávia Tereza de Viveiros Vieira**, Procuradora de
32 Justiça,  secretária, lavrei a presente ata.

6
7

